

A Gestão dos Recursos Naturais nas Práticas e Relações Cooperativas

Autoras:

Lessandra Medeiros de Oliveira (Doutoranda PPGCS UNISINOS,
lessandra_oliveira@hotmail.com);

Lisiane Celia Palma (Doutoranda PPGA UFRGS).

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho busca avaliar as práticas organizacionais que envolvem os recursos naturais e a gestão de bens comuns nos processos de uma organização cooperativa situada na Serra Gaúcha, considerando aspectos do debate sobre a crise ambiental e sustentabilidade.

A crise ambiental pode ser entendida como um processo de ruptura em uma relação mais harmoniosa entre homem e natureza, afetando as relações entre sociedade e meio ambiente, em uma dimensão global. O nível de produção que o meio ambiente pode sustentar tem gerado polêmicas acirradas, onde os posicionamentos e as propostas relativas a essa questão variam entre o otimismo e pessimismo extremados.

Os problemas ambientais provocados pelo homem decorrem do uso do meio ambiente para obter os recursos necessários na produção de bens e serviços, assim como o despejo de materiais não aproveitados. O aumento da escala de produção desses bens e serviços tem sido um fator importante no estímulo a exploração dos recursos naturais e elevada quantidade de resíduos, gerando também o aumento da degradação ambiental.

Nesse cenário, o debate sobre a noção e conceito de desenvolvimento tem considerado novas direções, numa visão mais consensual de que conservação ambiental e melhores padrões de vida devem ser buscados simultaneamente. Existem diversas visões teóricas que tentam estabelecer relações entre crescimento econômico, exploração dos recursos naturais, herança das futuras gerações, qualidade de vida, distribuição de renda, mas muitos desses temas ainda são negligenciados no debate, ou mesmo considerados de forma insuficiente ou superficial.

Entre essas visões e definições, considera-se que o crescimento econômico deve ocorrer em harmonia com o meio ambiente, com preocupações sobre o crescimento populacional e econômico, com o bem-estar da atual e das futuras gerações, no curto e longo prazo.

O modelo de crescimento dos sistemas agrícolas tem gerado muitos problemas, decorrentes do seu impacto social e econômico. A adoção de um padrão tecnológico, acompanhado de rupturas sociais e degradação ambiental, tem obrigado aos governos reverem políticas que por muitos anos promoveram a agricultura.

Os recursos naturais, de natureza coletiva, são enquadrados na categoria de bens comuns, uma vez que não possuem um único titular específico que os reivindiquem com exclusividade. Os bens comuns correspondem aos bens de livre acesso, pois pelo menos em tese, eles não são apropriáveis, ainda que os bens necessários à vida em comum têm sido apropriados em nossa sociedade pelo instituto da propriedade privada.

Nesse contexto, considerando como sustentáveis os processos que proporcionam sistemas de conservação ambiental ecologicamente corretos, esse trabalho tem por objetivo investigar como é feita a gestão de bens comuns, sobretudo dos recursos naturais, de acordo com as práticas organizacionais de uma cooperativa que utiliza o sistema orgânico de produção, assim como o sistema convencional produtivo.

O trabalho está estruturado em cinco etapas, incluindo essa introdução. A segunda etapa aborda o referencial teórico com ênfase na sustentabilidade, práticas na gestão dos recursos naturais, bens comuns e produção orgânica. A terceira se refere aos procedimentos metodológicos. A quarta parte apresenta os resultados e discussões e, por fim, as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Sustentabilidade e Implicações no Sistema Agrícola

Os efeitos das mudanças climáticas vêm sendo observados pela comunidade científica nos seus diversos segmentos, pelos países, regiões, comunidades. Um futuro de mudanças ambientais e climáticas que implica em várias consequências para diversas regiões do mundo.

Nessa escala de mudanças e impactos ambientais, emerge a necessidade de atuações de cooperação mundial. A crise ambiental está exigindo uma governança global para coordenar problemas e soluções globais (DOW, 1992; BOFF, 2010; PEREIRA, SILVA e CARBONARI, 2011). As consequências das mudanças ambientais globais não são igualmente distribuídas. Nesse aspecto, grande parte da responsabilidade recai sobre os países desenvolvidos, uma vez que os encargos resultantes de suas decisões impactam nos países em desenvolvimento.

A atividade humana, as modificações extensivas nos ecossistemas a partir de um modelo de exploração e pressão do meio ambiente, que provocam destruição e devastação recorrentes, tem contribuído decisivamente para o cenário de crise ambiental (DOW, 1992; PEREIRA, SILVA e CARBONARI, 2011).

A questão da crise ambiental deve ser enfrentada em uma perspectiva sistêmica, considerando também os aspectos que envolvem o conceito de sustentabilidade, tanto no plano ambiental, quanto econômico e social. Uma sociedade sustentável não coloca em risco seus recursos naturais, diferentemente do modelo tradicional de crescimento. No texto “Reverência pela Vida”, José A. Lutzenberger (1996) declara que os seres humanos devem ver as economias como sistemas dinâmicos, mas estáveis e duradouros. Antes de tudo, é preciso aprender com a vida e seus sistemas estáveis e duradouros, porque se baseiam na reciclagem de recursos, mas, o sistema econômico, baseia-se no consumo da natureza. Para Lutzenberger, é necessária a adoção de uma nova ética, holística e abrangente, que respeita a vida em todas as suas formas e manifestações.

Entre os diversos impactos observados, as mudanças climáticas, também decorrentes da intensificação das emissões de gases de efeito estufa, provocam mudança no nível dos oceanos, redução da camada de ozônio, alteração nas fases de crescimento e floração das plantas, destruição de ecossistemas, ameaças às reservas de água, entre outras modificações. Como os processos de desflorestamento, desertificação e contaminação das águas que comprometem a sua capacidade de renovação.

Na agricultura, os efeitos das mudanças climáticas dependem de um conjunto de fatores que estão diretamente ligados à questão da segurança alimentar, em um cenário pressionado pela demanda de alimentos variados, bem como pelos regimes de mercado e comércio. As implicações da agricultura sobre o meio ambiente são, também, objeto de discussões e preocupações.

Em países desenvolvidos, a agricultura caracteriza-se como uma atividade de larga escala, que atende às necessidades alimentares, mas gera enormes custos ambientais. Nos países em desenvolvimento, é uma das principais atividades econômicas, gera trabalho e renda, mas é responsável por cerca de um terço de emissões de gases de efeito estufa no mundo (BALSAN, 2006; MILORI e NETO, 2004). Segundo Milori e Neto (2004), grandes quantidades de CO₂ têm sido liberadas para a atmosfera através de conversão de campos e florestas em regiões agrícolas ou pastagens através de um desenvolvimento não sustentável.

Considerando a busca da sustentabilidade na agricultura, o debate é problematizado por disputas e discordâncias no que diz respeito a quais elementos da produção são aceitáveis ou não. Segundo Souza Filho (2001), existe um grande número de tecnologias agrícolas que são classificadas na literatura como sustentáveis. Mas o emprego do termo pode ser questionado, dependendo do sistema agrícola onde elas são empregadas. Como exemplo, o uso de dejetos animais em substituição aos fertilizantes químicos, propagado como conduta sustentável. Mas o uso excessivo pode levar à contaminação do lençol freático, como já ocorreu em alguns países. Assim, o emprego do termo sustentável deve ser avaliado sobre diversos aspectos e nas suas implicações ao longo do tempo.

Além disso, é comum que boa parte dos empreendimentos rurais apresentem resistência do produtor à adoção de inovações e alterações em suas propriedades. Outro elemento comum está relacionado ao suporte e assistência técnica, que muitas vezes não possui estrutura adequada para gerar e difundir o conhecimento, ou atender as necessidades dos produtores e seus sistemas agrícolas (NANTES e SCARPELLI, 2001; SOUZA FILHO, 2001). Dessa forma, questiona-se quais seriam os fatores de motivação que levam determinados produtores a escolherem novas práticas ou tecnologias em seus empreendimentos rurais. Após avaliarem estudos sobre essa questão, os autores identificaram algumas razões para adotarem um sistema agrícola de produção sustentável, tais como benefícios econômicos, preocupação com a saúde humana e animal, queda na efetividade de produtos químicos, empobrecimento dos solos e a ideologia de um novo estilo de vida em favor de práticas naturais de produção (NANTES e SCARPELLI, 2001; SOUZA FILHO, 2001).

A transformação de um sistema agrícola convencional para o orgânico, como mencionam Morgan e Murdoch (2000), deve ser apoiada por uma rede de atores que inclui o estado, pesquisadores agrícolas, agroindustriais, assim como os agricultores que foram impulsionados por esse conceito. No caso da produção orgânica, sejam adotantes ou

conversores desse sistema, a rede é constituída por associações agrícolas, processadores de alimentos e varejistas. O envolvimento com outros atores, como cientistas, geneticistas, empresas de pesquisa privadas e do estado são necessários. Assim, a mudança de um sistema agrícola convencional para um sistema orgânico não depende unicamente de uma transição tecnológica, mas requer o compromisso de vários atores e organizações estratégicas da rede, bem como uma mudança cultural na produção de alimentos, distribuição e consumo.

Nesse sentido, Wirén-Lehr (2001) argumenta que para o sucesso na mudança de um sistema agrícola convencional em sustentável, a gestão necessita de apoio específico e adequado para a propriedade, oferecido por uma gama de atores especializados que, por meio de um acompanhamento de longo prazo, possam minimizar o risco do investimento e promover a continuidade das práticas sustentáveis.

A agricultura orgânica pode ser, em um primeiro momento, classificada como sustentável, embora não haja unanimidade sobre isso. Para os que vêem o modelo industrial de agricultura, dependente de alta utilização de insumos químicos, os sistemas de baixo uso de insumos ou sistemas orgânicos não serão capazes de alimentar a crescente população mundial. Para outras linhas de pensamento, o modelo industrial de agricultura é essencialmente incompatível com a preservação e manutenção de um ambiente social e ecologicamente salutar. Para os defensores da agricultura orgânica, é possível alcançar a sustentabilidade agrícola no longo prazo (SOUZA FILHO, 2001).

2.2 Práticas na Gestão dos Recursos e Bens Naturais Comuns

Para os estudos e práticas administrativas nas organizações formais, as duas últimas décadas representam um período expressivo de discussões e questionamentos a respeito de paradigmas e modelos estabelecidos (DELLAGNELO e MACHADO-DA-SILVA, 2000).

O contexto organizacional está inserido em um ambiente dinâmico e complexo, interagindo em diversos níveis de relações e estruturas. As práticas e a gestão organizacional têm de lidar com diferentes situações e definições que estão em constante transformação (CLEGG, KORNBERGER e PITSIS, 2011). A velocidade das mudanças no mercado, tanto em nível global, quanto regional ou local, faz com que o ambiente organizacional busque desenvolver novas capacidades, maior flexibilidade, estar aberto às inovações, e assim tornar-se mais apto para adoção de novas práticas organizacionais.

Nesse sentido, o ambiente competitivo e de rápidas transformações exige que as organizações busquem alternativas e ações que gerem vantagens competitivas para se manter no mercado e estarem preparadas para novas oportunidades. Em uma abordagem estratégica, relacionada à busca de uma situação vantajosa no seu negócio atual ou futuro, as questões referentes ao meio ambiente podem ser tratadas com enfoque estratégico. Diversos são os estímulos para esse tipo de enfoque, como o crescimento do número de consumidores que preferem comprar produtos e serviços que respeitem a natureza, a renovação do portfólio de produtos e acesso a novos nichos de mercado.

O ambiente de negócios é o foco central da estratégia organizacional. O melhor desempenho das atividades em relação às empresas concorrentes diz respeito às práticas pelas quais a organização utiliza melhor os insumos, como por exemplo, suas práticas de prevenção de resíduos poluentes (PORTER, 1999). A abordagem ambiental estratégica busca tratar sistematicamente as questões ambientais para proporcionar valores reconhecidos pelo ambiente de negócios da organização. Procura, também, alcançar os participantes da cadeia produtiva para minimizar os problemas e impactos ambientais gerados nos diferentes estágios de produção, distribuição e uso.

Nessa perspectiva, as organizações realizam a gestão de recursos diversos para atingirem seus propósitos e manter sua continuidade. Entre esses recursos estão o capital, trabalho, tecnologia, assim como os recursos naturais. Os recursos naturais, de natureza coletiva, são enquadrados na categoria de bens comuns, uma vez que não possuem um único titular específico que os reivindiquem com exclusividade.

Hardin (1968) popularizou a expressão “tragédia dos comuns” para se referir às implicações negativas do uso dos recursos comuns ou coletivos. Segundo o autor, as pessoas maximizam seus próprios benefícios materiais imediatos e de curto prazo, gerando consequências negativas, mas que podem ser evitadas pela propriedade privada ou algo semelhante. Os recursos de livre acesso não são propriedade de ninguém e tendem a serem mal utilizados; já os recursos de propriedade comum possuem proprietários e podem ser administrados de uma forma viável.

No entendimento de Elinor Ostrom, Prêmio Nobel de Economia 2009, um conjunto de bens comuns não é necessariamente mal gerido por quem os utiliza e que a privatização ou regulação externa não são as únicas soluções para a gestão sustentável dos recursos comuns (OSTROM et al, 1999). Para que a gestão de bens comuns tenha uma governança eficaz, a administração dos recursos deve ser feita pelos grupos que os utilizam, interagindo de acordo

com um conjunto de regras aceitas pelo grupo, considerando também o envolvimento de instituições nesse processo. A governança é um princípio importante desse curso. “A complexidade dos recursos em nível local, regional e nacional requer sistemas complexos de governança que envolva a contribuição cidadã de diferentes formas” (OSTROM, 2008).

O conceito de recursos naturais comuns abrange os elementos do meio físico que são necessários para sustentar a vida, que são a terra, os solos e sua fertilidade, os minerais, a água, o ar, o clima, a atmosfera como um todo e as espécies da fauna e da flora. O modo de acesso e uso deles é uma questão fundamental da qualidade de vida, com sustentabilidade e justiça, na perspectiva do bem viver (GRZYBOWSKI, 2012).

É indiscutível que atividade humana, exercida nos diferentes setores da sociedade, determinou avanços importantes para a humanidade, embora isso não tenha acontecido de forma sustentável, tanto em termos ambientais quanto sociais. O debate que existe sobre essa questão considera a necessidade de expandir as práticas e meios de produção que considerem a sustentabilidade nos seus modos de desenvolvimento.

2.3 Produção Orgânica: conceito, mercado e tendências

Surgia na Europa, ao final da Primeira Guerra Mundial, as primeiras preocupações com a qualidade dos alimentos produzidos. Os primeiros movimentos de uma agricultura alternativa surgiram respectivamente na Inglaterra, vinculada à agricultura orgânica, e na Áustria, a agricultura biodinâmica.

A agricultura orgânica não utiliza agrotóxicos, hormônios, drogas veterinárias, adubos químicos, antibióticos ou transgênicos em qualquer fase da produção. Mas a produção orgânica vai além da não utilização de agrotóxicos. O cultivo deve respeitar aspectos ambientais, sociais, culturais e econômicos, garantindo um sistema agropecuário sustentável (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA, 2014).

A oportunidade de negócios no setor é crescente, uma vez que a tendência mundial é de crescimento. Produtos orgânicos, naturais e sustentáveis são tendências de um perfil de consumidor consciente, que opta por produtos elaborados com segurança alimentar, dentro dos conceitos de sustentabilidade ambiental, social e proporcionam melhor qualidade de vida. Em números atualizados: no mundo, há expectativa que o setor tenha faturado US\$ 60 bilhões em 2013, um crescimento de 8% em nível global, sendo 69 milhões de hectares de terras com

agricultura orgânica certificada e com demanda mundial para ampliar essa área (ORGANICS BRASIL, 2014). O maior mercado consumidor continua sendo os Estados Unidos, com movimentação de US\$ 35 bilhões, contra US\$ 7 bilhões na Alemanha e US\$ 4,4 no Canadá.

No ano passado, o mercado de orgânicos no Brasil movimentou cerca de R\$ 1,5 bilhão. A estimativa para 2014 é o crescimento de 33%, que pode chegar a um faturamento de R\$ 2 bilhões (ORGANICS BRASIL, 2014). A cadeia envolve produtores primários, que participam inicialmente no setor agrícola, e em menor número estão as empresas processadoras. O perfil atual do empreendedor é de quem acredita em desenvolver negócios sustentáveis, através de processos inovadores e seguindo tendências de aumentar qualidade de vida sob aspectos social e ambiental. Alimentos e bebidas são 90% dos produtos no mercado, mas há ainda o segmento de higiene pessoal, cosméticos, têxteis e mais recentemente, o artesanato.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2014) oferece aos agricultores familiares uma linha de crédito de investimento para implantação dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos. Existem também outros instrumentos para apoiar a produção orgânica e a conservação dos recursos naturais, como o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (MMA, 2014).

O regulamento orgânico brasileiro é regido pela Lei 10.831/03, pelo Decreto 6323/07 e diversas Instruções Normativas específicas. Abrange todos os produtos primários ou processados que serão comercializados como orgânicos no território brasileiro, sejam eles produzidos no Brasil ou no exterior. A rastreabilidade orgânica de toda a cadeia produtiva a principal característica a ser respeitada.

De acordo com informações divulgadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA (2014) o consumidor reconhece o produto orgânico através do selo brasileiro ou pela declaração de cadastro do produtor orgânico familiar. Todo produto orgânico vendido em lojas e mercados tem que apresentar o selo em seu rótulo. O ministério tem, atualmente, oito certificadoras credenciadas, e a fiscalização das propriedades produtoras de orgânicos é feita por essas empresas, que assumem a responsabilidade pelo uso do selo brasileiro. Cabe ao Ministério da Agricultura fiscalizar o trabalho dessas certificadoras. Apenas os produtos vendidos direto nas feirinhas, onde o produtor é cadastrado junto ao MAPA e está ligado a uma organização de controle social, podem ser comercializados sem o selo.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho objetivou avaliar as práticas organizacionais que envolvem os recursos naturais e a gestão de bens comuns nos processos de uma organização cooperativa.

Para atender ao objetivo proposto no presente trabalho, utilizou-se o processo de pesquisa caracterizada como qualitativa, por meio de estudo de caso exploratório. O estudo de caso, para Yin (2005), representa uma estratégia de pesquisa que busca examinar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto, com uma abordagem qualitativa, visando o avanço na compreensão do fenômeno em estudo.

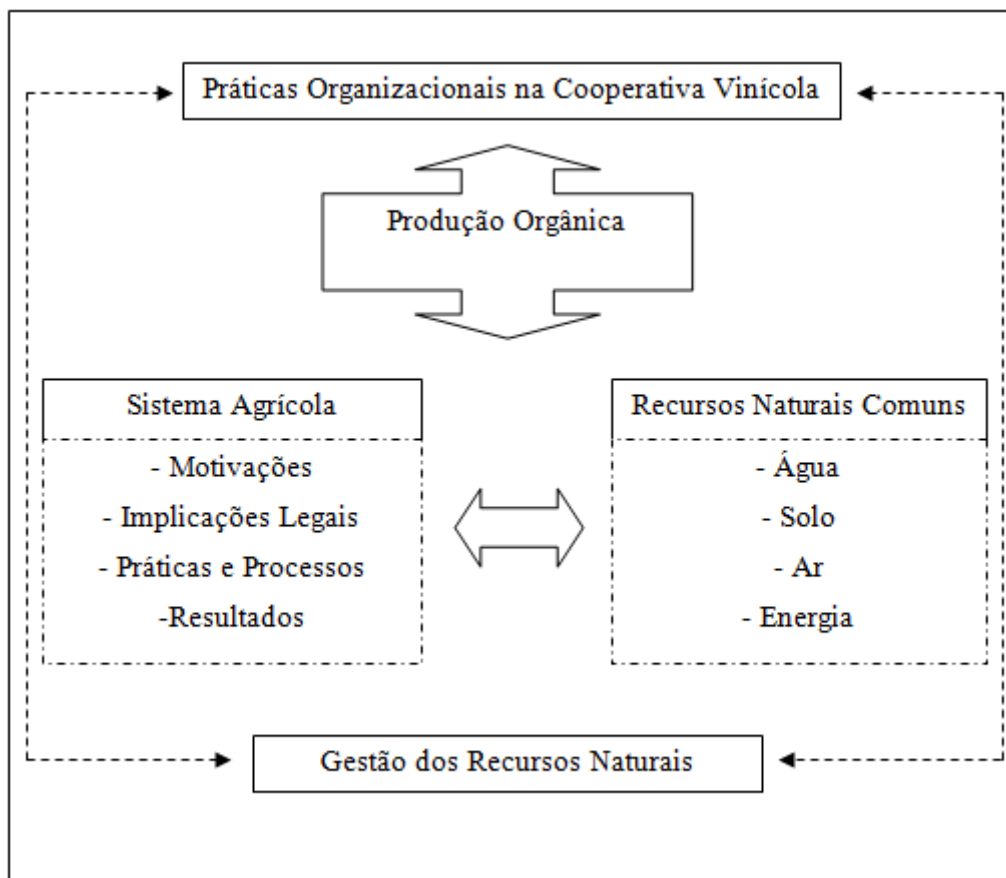
O caso pesquisado refere-se a uma cooperativa situada na Serra Gaúcha, presente na origem do movimento cooperativista do setor vitivinícola brasileiro. Seus produtos são elaborados com matéria-prima resultante do processo produtivo convencional e orgânico, sendo o foco da pesquisa vinculado ao processo orgânico de produção. A cooperativa foi a primeira vinícola brasileira a pedir um processo de certificação de seus produtos orgânicos.

A pesquisa foi estruturada com base nos elementos conceituais do referencial, conforme consta de maneira sintetizada no quadro 01. Os dados primários foram coletados por meio de um roteiro de entrevista semi-estruturado, considerando para sua elaboração entrevistas exploratórias e os elementos conceituais. Conforme acordado durante o processo de obtenção dos dados, não será identificado o nome da organização pesquisada, assim como não serão identificados os entrevistados.

Os dados secundários foram obtidos através de fontes documentais disponibilizadas pela organização cooperativa, bibliografia e internet. No processo de análise utilizou-se a abordagem qualitativa, tendo-se feito uma análise interpretativa que considera os dados primários obtidos a partir de transcrição das entrevistas, os dados secundários e a revisão de literatura sobre a temática.

Foram realizadas três entrevistas, sendo duas entrevistas exploratórias realizadas com técnicos especializados em produção orgânica que atuam na região da serra gaúcha, e a outra entrevista realizada com o gerente técnico do projeto de produção orgânica implementado pela cooperativa vinícola pesquisada. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, para interpretação dos resultados. O processo de análise utilizou-se da abordagem qualitativa, a partir dos dados primários obtidos nas entrevistas, relacionados aos elementos conceituais para análise e resultados da investigação.

Quadro 1. Síntese dos elementos de operacionalização da pesquisa.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Uma Cooperativa Vinícola da Serra Gaúcha: caracterização do caso

A organização objeto de estudo, situada na maior região vitivinícola brasileira, conta com um quadro de 350 associados, que cultivam 850 hectares de videiras e produziram 15,6 milhões de quilos de uva na safra 2014. Com a capacidade de estocagem que ultrapassa os 20 milhões de litros, tem obtido a melhoria dos processos produtivos e da qualidade dos seus produtos como resultado de investimentos permanentes e contínua profissionalização.

Os investimentos atuais em enoturismo e na elaboração de espumantes, a aquisição de equipamentos de última geração, aprimoramento técnico e enológico, promoveram uma cadeia que trouxe resultados ocorridos a partir de uma redefinição de suas estratégias,

colocando a cooperativa como referência no cenário nacional. Os produtos oferecidos ao mercado apresentam um portfólio variado para atender aos seus diversos segmentos, em uma diversificação de rótulos e linhas de elaboração, onde estão os vinhos finos, vinhos de mesa, espumantes e sucos de uva. Entre os produtos orgânicos estão os sucos de uva e o vinho de mesa.

O surgimento da cooperativa ocorre na década de 30, com pouco mais de setenta fundadores, e em quatro anos, o número de associados já era mais de quatrocentos. Ela está na origem do movimento cooperativista do setor e, até a década de 60, representava o dinamismo vitivinícola. Já nesse período, algumas das suas marcas haviam conquistado espaço respeitável no mercado brasileiro. Ao final dos anos 50, participou de uma das primeiras grandes exportações de vinhos brasileiros, sendo líder da remessa de vinho para a França.

O perfil dos associados é o de produção familiar. Atualmente, mais de 90% são beneficiários do Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que caracteriza o perfil de pequeno produtor. São agricultores que compõem as unidades familiares de produção rural.

A cooperativa comercializa seus rótulos em todo o território nacional, principalmente para os estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Ceará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Está inserida no cenário internacional e já exportou para países como Suécia, Alemanha, Estados Unidos e Rússia. Mantém um canal direto de vendas com a China. Buscando sua expansão no mercado externo, conquistou os mercados do Canadá e Angola em 2013.

De acordo com dados divulgados, em 2012 foram comercializados 1,15 milhões de garrafas de espumantes, 3,5 milhões de litros de sucos, 5 milhões de litros de vinhos de mesa, 700 mil garrafas de vinhos finos, 500 mil garrafas de produtos orgânicos, entre vinhos e sucos. Em 2013, alcançou um faturamento de R\$ 69 milhões e uma produção recorde de 1,25 milhões de garrafas de espumantes e 5,7 milhões de litros de sucos de uva, em torno de 60% a mais do que se produziu de suco em 2012.

O crescimento em produtividade foi impulsionado pelos investimentos em equipamentos, e a comercialização realizada em 2013 superou as expectativas em vendas. A safra de 2014 apresentou um crescimento relativo em comparação a safra de 2013, sendo apontados a permanente qualificação, assim como o constante investimento feito em toda a cadeia. Os investimentos em novos equipamentos e tecnologia são apontados como a base para o crescimento dos ganhos da cooperativa.

Conforme ressalta o gestor presidente da organização, ações como o desenvolvimento de novas linhas de produtos, investimentos em capacitação dos colaboradores, tecnologia, ações de valorização da marca, qualificação das práticas de cultivo, resultaram nesse crescimento. Busca-se ampliar o market share, acompanhando as tendências no mercado da uva, vinho e o portfólio já bastante diversificado, assim como destacar a sustentabilidade observada nos processos e produtos da cooperativa.

Sua visão organizacional é ser referência em cooperativismo nos aspectos de sustentabilidade, dinamismo e competitividade, sendo que a sustentabilidade, a cooperação, a agroecologia e a comunidade são apenas alguns dos seus princípios.

O cooperativismo é um instrumento de organização econômica da sociedade. A cooperativa é uma organização de pessoas que se baseia em valores de ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Seus objetivos econômicos e sociais são comuns a todos (OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras, 2014). Os aspectos legais e doutrinários são distintivos de outras sociedades. Seus associados acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelo seu semelhante. O ato de cooperar significa unir-se a outras pessoas para conjuntamente enfrentar situações adversas, no sentido de transformá-las em oportunidade, bem-estar econômico, social e seus referenciais fundamentais buscam a participação democrática, solidariedade, independência e autonomia.

O projeto para a produção orgânica deu início em 2000, período em que alguns cooperados se engajaram a um projeto de agricultura agroecológica e decidiram converter a produção para o sistema orgânico. Chamado Projeto Orgânicos, iniciou com apenas três associados, mas a cooperativa resolveu incentivá-los através de um convênio entre a prefeitura e o centro ecológico de Ipê. Foram produzidas 2.900 garrafas do primeiro vinho orgânico da vinícola em 2001 e o lote foi todo comercializado. O vinho era o tinto de mesa, elaborado com as uvas americanas Isabel e Bordô. No ano de 2002 a produção passou a ser de 30 mil garrafas e começou a ser comercializada em grandes redes varejistas.

Muitos consumidores não sabiam o que era um vinho orgânico, e no começo, a iniciativa não foi bem aceita. Mas logo o interesse e as indagações dos clientes fizeram com que a cooperativa buscasse a certificação. A certificadora fornece o selo de garantia de que o produto e o modo de fabricação seguem o sistema orgânico. A certificação saiu em 2005, ano que teve expansão da linha de orgânicos, com o lançamento do suco de uva integral. Uma

atuação pioneira, pois a cooperativa foi a primeira vinícola brasileira a pedir um processo de certificação de seus produtos.

Atualmente, os produtos orgânicos da cooperativa levam o selo de conformidade da empresa certificadora e do Ministério da Agricultura, além do selo da agricultura familiar. De maneira geral, a característica da agricultura orgânica é não utilizar substâncias químicas na produção e estabelecer uma sintonia de caráter ambiental na propriedade.

Na produção da uva orgânica, a adubação do parreiral consiste basicamente na utilização de produtos orgânicos como fosfatos naturais e adubação verde. O manejo do solo é controlado sem a utilização de agrotóxicos. Os adubos químicos também são proibidos e, na vinícola, também não se utilizam produtos químicos nos processos. Hoje, a cooperativa conta com 48 produtores certificados.

Em relação ao âmbito da regulamentação e certificação de produção orgânica no país, são considerados os projetos de certificação segundo o regulamento orgânico brasileiro e os projetos de certificação segundo regulamentos internacionais. No caso da cooperativa, a certificação e comercialização do vinho orgânico foram obtidas para o mercado brasileiro. Para o suco orgânico, além da certificação e comercialização nacional, a cooperativa obteve a certificação para comercializar junto à comunidade européia.

Na busca por ampliar seu mercado, a cooperativa participou recentemente de uma feira na Alemanha, a Biofach 2014. Reconhecida como a maior feira internacional de negócios do setor de orgânicos, é responsável por viabilizar o montante em negócios milionários, apresentar as tendências mundiais e inovações no setor de orgânicos. Essa participação representa um primeiro passo para a cooperativa apresentar e iniciar a comercialização dos seus produtos no mercado internacional. Possibilita também adquirir conhecimentos sobre esse novo mercado e entender as adequações necessárias para a exportação dos seus produtos orgânicos.

4.2 Dimensão da Gestão Organizacional e de Recursos para a Produção Orgânica

De acordo com os processos da organização cooperativa vinícola objeto de estudo, buscou-se realizar uma análise fundamentada, primeiramente, pela observação dos dados secundários e complementada pelos dados primários. Os elementos conceituais presentes no

referencial do trabalho e sintetizados nos procedimentos metodológicos, evidenciam as variáveis da pesquisa destacadas na análise.

As práticas organizacionais da cooperativa vinícola consideram seus objetivos e princípios enquanto influência no seu ambiente mercadológico, sendo que o comprometimento com o desenvolvimento sustentável é um aspecto em evidência vinculado a sua estratégia organizacional. Como organização, trabalha os princípios ligados à sustentabilidade enquanto cooperativa socialmente justa, ecologicamente correta e economicamente viável, visando o estímulo à produção orgânica, saúde e bem estar das pessoas. Ainda no plano das práticas, busca aliar inovação, responsabilidade e transparência nas ações.

Os três pilares estratégicos das práticas sustentáveis são empregados em todo o processo produtivo da vinícola, envolvendo também os produtores que adotam o sistema convencional de produção, como os que adotam o sistema orgânico de produção.

Na aplicação dos princípios da sustentabilidade, enquanto uma organização cooperativa busca-se aliar o aspecto social e econômico ao ecológico. De acordo com o relato de um entrevistado, “A gente fala muito em sustentabilidade, isso dentro da própria vinícola e, como cooperativa, se busca ao máximo aplicar o princípio de ser socialmente justo e economicamente viável também. Por mais que se queira produzir orgânicos, nós temos a responsabilidade de colocar dinheiro no bolso do produtor. Então a gente acaba assumindo um compromisso com eles, nas possíveis perdas, garantindo um pagamento superior na compra dessa uva”.

Nesse sentido, a organização pratica um sistema de bonificação para os produtores de orgânicos, ação que valoriza a preservação ambiental, através de incentivos para a produção, gerando um aumento na renda e estimulando a melhor qualidade de vida desse produtor.

Vinculada às práticas da gestão organizacional, a cooperativa mantém a disposição do produtor uma equipe de profissionais que fornece assistência técnica especializada e acompanha o sistema de cultivo nas propriedades. Mas além da assistência, a organização também estrutura seminários de produção para os produtores de uva orgânica certificados ou em processo de certificação, com o objetivo de transmitir conhecimento sobre o mercado, produção e informações sobre as exigências da legislação vigente. Essa ação informa e esclarece as dúvidas dos produtores, buscando incentivá-los a difundir a idéia e permanecerem no projeto. Os profissionais envolvidos com a realização dos seminários são

vinculados à produção orgânica e responsáveis pelos processos de certificação, gestores, técnicos agrícolas, agrônomos, entre outros.

A motivação dos vinicultores para produzirem orgânicos está relacionada a diversas razões. Para muitos produtores associados é uma questão de ideologia, e outros por necessidade. O lado financeiro desse tipo de produção é uma motivação importante. Uns possuem a convicção de que devem produzir com redução do contato de produtos químicos mais agressivos, outros pela oportunidade de vender seu produto de maneira diferenciada, tendo a perspectiva dos nichos de mercado, enquanto outros são motivados, única e exclusivamente, pelo valor agregado que seu produto tem nesse mercado específico.

Em geral, a uva orgânica alcança um preço mais vantajoso do que a uva convencional. A remuneração pela uva orgânica pode ficar entre 20% e 50% maior que da uva convencional. Mas em algumas variedades de uva, a produção orgânica chega a alcançar em torno de 70% a 80% de remuneração superior. Assim, também o vinho orgânico alcança maior valor final no produto, pois representa outra proposta. O orgânico é um produto diferenciado, que em comparação com a agricultura convencional, tem os custos de produção mais altos. Isso ocorre em função de probabilidades de perda e outros custos como o valor pago para obter sua certificação, por exemplo.

As principais variedades de uva utilizadas na produção orgânica são a Isabel, Bordô e Concord. Essas são uvas americanas, as uvas de mesa, a maior parte delas produzida para a elaboração de suco de uva, que é o principal produto orgânico elaborado na vinícola. Também são elaborados os vinho de mesa, mas a maior da produção é destinada para a elaboração do suco. A escolha dessas variedades de uva se deu pelo fato de serem mais robustas e menos suscetíveis às enfermidades.

Existe um projeto piloto na cooperativa para a produção de uvas finas orgânicas, só que é mais difícil de ser implementado. Já houve algumas tentativas, mas sem sucesso. No período inicial do projeto, em 2007 e 2008, foi feita parceria com uma vinícola argentina, proporcionando a adesão dos vinhos finos Malbec e o Cabernet Sauvignon ao portfólio dos vinhos orgânicos.

Esse é um aspecto que deve ser mencionado, porque aponta as dificuldades e especificidades desse tipo de produção. Apesar disso, a organização e gestores do projeto não desistiram. Exercer uma agricultura sem a utilização de produtos químicos deixa a videira nobre, que produz uvas finas, mais exposta às doenças. Mas apesar das dificuldades, as experiências e tentativas seguem em frente.

O projeto orgânicos é certificado desde o ano de 2005 e recebe inspeções periódicas nas propriedades dos associados para acompanhar o processo produtivo, de acordo com as determinações legais. Segundo a legislação, para manter a produção orgânica regularizada através da contratação de uma certificadora, o produtor receberá visitas de inspeção inicial e periódicas e manterá as obrigações perante o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a certificadora.

Assim, anualmente, se realiza um sistema de controle interno, aonde a área técnica agrícola da cooperativa vai a campo. Após esse acompanhamento, é feita mais uma auditoria externa realizada pela certificadora, que ocorre também uma vez por ano. Essa auditoria externa visita as propriedades, onde são colhidas amostras de folhas e frutos da uva. Após essa etapa, as amostras são remetidas para análise, de acordo com o sistema de inspeção determinado pela certificadora, naquele ano.

O nível de conscientização dos produtores sobre o uso dos recursos naturais é bem diverso. Assim como são diferentes as razões que motivam os agricultores à produção orgânica, assim também ocorre com os recursos naturais. Alguns apresentam certo nível de conscientização sobre o uso dos recursos desde o começo do processo, mas outros, só passam a considerar esse aspecto a partir da apresentação e conhecimento do projeto orgânicos. Nesse processo, eles passam a formar, gradualmente, uma consciência de uso e preservação dos recursos. Mas inicialmente, de maneira geral, é possível dizer que são poucos produtores que valorizam as reduções nos custos ambientais, questões de saúde do produtor e a qualidade de vida que esse tipo de produção proporciona.

A meta da cooperativa, para os que estão trabalhando com a produção orgânica, é chegar num momento em que toda a propriedade esteja produzindo orgânicos. Algumas propriedades estão no início do projeto, outras estão em conversão do método convencional para o orgânico. Essa etapa de conversão mexe muito com a forma de trabalho do produtor, pois ele tem que passar para um novo preceito de trabalho como um todo, de manejo dos recursos e de ideologia. É preciso mudar certas coisas que eles já estavam acostumados a fazer durante muitos anos e isso não acontece de uma hora para a outra. Mas é possível acompanhar a evolução acontecendo, ano após ano.

O produtor orgânico, em comparação ao produtor convencional, apresenta um nível de consciência ecológica diferenciado. A partir do momento em que se integram no projeto, os produtores vão ampliando essa consciência, inclusive utilizando técnicas que eles fazem na produção orgânica, para aplicar na convencional. Esse fato representa o princípio de

transformação da propriedade. Um exemplo disso seria a própria conservação do solo. Num vinhedo onde eles só dessecavam com herbicida, hoje se deixa a cobertura verde do solo, mesmo sendo um vinhedo convencional.

Em relação à gestão dos recursos naturais, para atender as diretrizes do projeto orgânicos, foram feitas muitas modificações em termos de estrutura material e nos processos de produção, iniciadas dentro da cooperativa vinícola. Da mesma forma, deu-se início ao trabalho junto dos produtores, levando conhecimento e informações de maneira contínua sobre todo o processo.

O projeto levou aos produtores o incentivo para que se tenha cuidado com todo o meio ambiente. Isso aconteceu também dentro da vinícola. A aquisição de equipamentos de alta tecnologia e precisão tornou o processo produtivo mais eficaz e sustentável.

Para a gestão do uso de energia, como exemplo das novas práticas adotadas, as caldeiras existentes funcionavam a óleo bruto, e todas elas foram substituídas por caldeiras novas que funcionam a gás natural. A primeira vinícola do Brasil a utilizar o gás natural nos processos como fonte de energia foi a cooperativa. Também foram trocados os equipamentos desulfuradores para máquinas modernas, que utilizam menor quantidade de energia.

O próprio controle da energia de toda a cooperativa é feito juntamente com a empresa fornecedora, onde são negociados pacotes de fornecimento diferenciados, em função da preocupação com o uso do recurso energético. Outro ponto são as garrafas utilizadas, pois são mais leves que uma garrafa comum. Produzidas com menor quantidade de material, utiliza-se menos energia nos processos e no transporte.

Para a gestão do uso da água, o sistema de tratamento de efluentes na vinícola foi todo modernizado. Está sendo feito um tratamento como pede a legislação, dentro das normas legais ambientais estabelecidas. A compra e o uso de novas tecnologias também reduziram a quantidade de água utilizada nos processos e geram menor quantidade de efluentes. O reaproveitamento da água ocorre nos processos em que é possível fazer a reutilização, e nas demais situações, busca-se utilizar o recurso sem desperdícios.

O uso da água pelos produtores, como um recurso aplicado na produção, é feito de forma racional. Um aspecto importante a ser mencionado é que no processo orgânico não são permitidos os agroquímicos, e essa prática evita a contaminação da água.

Em relação ao uso do solo, a adubação do parreiral consiste basicamente na utilização de produtos orgânicos como fosfatos naturais e adubação verde, que mantém a conservação e evita a erosão do solo. Assim, todo o manejo é controlado sem a utilização de agrotóxicos.

A aplicação de adubos químicos no solo é proibida, pois acabam entrando nas vinhas através da raiz. Esse fator também impede o esgotamento do solo. Todo o material aplicado é de origem orgânica, de preferência reutilizando materiais encontrados ao redor da região de cultivo, originário do mesmo ambiente.

Em termos da qualidade do ar, a aquisição de equipamentos modernos, tendo a disposição avançados recursos tecnológicos, tornou possível a mudança para um processo mais eficiente, impactando inclusive na qualidade do ar.

Com essa modificação, houve a redução dos poluentes emitidos no processo produtivo realizado pela vinícola, tendo como exemplo, a maior neutralização na emissão de gases ácidos do SO₂, gerados no processo de produção chamado desulfitação.

O uso do gás natural também gera benefícios em relação ao ar. O gás é inodoro e incolor, não-tóxico e mais leve que o ar, dissipando-se rapidamente pela atmosfera em caso de vazamento. Representa uma fonte de energia limpa que melhora a qualidade do ar, pois substitui formas de energias poluidoras como o óleo combustível. Além disso, tem baixa presença de contaminantes. Outro ponto destacado é a menor contribuição de emissões de CO₂ por unidade de energia gerada.

Quanto aos aspectos de biodiversidade, é possível fazer uma relação direta com a flora presente no ambiente dos vinhedos. A partir das mudanças no manejo da propriedade, sem o uso de agroquímicos, herbicidas, na conservação do solo com matéria orgânica, os efeitos são imediatos. Por exemplo, ocorre o retorno de fungos benéficos, que passam a estar presentes no vinhedo.

Com a conversão do sistema produtivo convencional para o sistema orgânico de produção, é possível ver uma mudança geral nas propriedades. A mudança típica e mais imediata é a conservação do solo. A presença ou não de vegetação já indica uma diferença grande do uso do solo naquela propriedade, pois um solo exposto ao sol, chuva, ao vento fica sem proteção. Até a gota de água que cai repetidamente, já causa variações em termos de compactação de solo. Indiretamente, também ocorre uma melhora significativa na saúde e na qualidade de vida dos produtores e de suas famílias.

Além desses aspectos, no que se refere à gestão dos recursos naturais, de acordo com a evolução e experiência do projeto orgânicos instituído pela cooperativa vinícola, é possível dizer que a produção orgânica utiliza os recursos naturais de forma mais adequada, com menor impacto ambiental e, assim, promove a preservação dos recursos.

Não são todas as culturas que possibilitam a conversão do cultivo convencional ao cultivo orgânico sob as condições climáticas particulares de cada região. Contudo, quando esses requisitos são atendidos, a produção orgânica é um sistema produtivo muito mais eficiente, quanto à gestão de recursos naturais e em termos de redução do impacto ambiental produzido, ao se comparar com o cultivo convencional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou compreender como é feita a gestão de bens comuns, sobretudo dos recursos naturais, de acordo com as práticas organizacionais de uma cooperativa vinícola, a partir do sistema orgânico de produção.

Na dimensão da gestão dos recursos naturais, foi avaliado o uso dos recursos de acordo com a produção orgânica de uvas e dos elementos do sistema agrícola inerentes ao processo produtivo. O conceito de recursos naturais comuns abrange os elementos do meio físico necessários para sustentar a vida, destacados na elaboração desse estudo os recursos água, solo, ar e energia.

No contexto analisado, observou-se que a gestão do uso efetivo dos recursos naturais, de acordo com os preceitos da produção orgânica, resultou na redução do impacto ambiental gerado, em comparação com o uso dos recursos naturais e impactos provocados no processo de produção convencional.

Em uma propriedade de produção orgânica, quando bem assistida e que conta com o apoio institucional, seja de uma associação ou entidade cooperativa, acompanhada por um conjunto de profissionais capacitados e comprometidos, as mudanças e reflexos positivos podem ser percebidos em diferentes aspectos.

Um ponto importante a ser destacado é o impacto ambiental inferior ao gerado pela produção convencional, que contribui para a preservação dos recursos naturais. A rentabilidade da produção, que pode apresentar lucros similares ou superiores ao da produção convencional, é um fator que estimula muitos produtores a investirem em orgânicos. O modo de vida das pessoas ligadas a esse processo também passa por uma mudança positiva, no que se refere à melhora significativa na saúde e na qualidade de vida dos produtores e de suas famílias.

Na dimensão das práticas organizacionais, pode-se observar que a cooperativa se estruturou procurando viabilizar a gestão sustentável das ações que envolvem o sistema produtivo orgânico.

A cooperativa realizou convênios institucionais que pudessem fornecer suporte adequado aos associados interessados na produção orgânica. Disponibilizou uma equipe de profissionais especializados, fez investimentos em capacitação dos colaboradores, implementou uma série de mudanças internas para se adequar aos padrões de sustentabilidade necessários ao desenvolvimento do projeto orgânicos. Além disso, investiu na aquisição de novas tecnologias que proporcionaram mudanças significativas para tornar o processo produtivo mais eficaz e sustentável.

Apesar dos resultados observados, não existe um consenso sobre a agricultura orgânica como um processo de produção plenamente sustentável em termos econômicos, sociais e ambientais. É importante salientar que os dados primários e secundários são pontos relevantes destacados, mas ainda assim não são exaustivos sobre as práticas desenvolvidas na organização cooperativa vinícola objeto de estudo ou sobre a temática em questão.

A produção orgânica costuma ser relacionada a produções em pequena escala, como o perfil da agricultura familiar dos produtores associados na cooperativa vinícola pesquisada. Em um processo evolutivo, novas tecnologias foram desenvolvidas e estudos realizados para possibilitar a produção orgânica em grande escala, que pode ser observada em culturas como a do café, cana-de-açúcar e morango.

Nesse sentido, sugere-se a realização de estudos para investigação das práticas organizacionais e gestão dos recursos naturais em produções de maior escala, assim como na produção orgânica de outros produtos e regiões, que venham a complementar e avançar os resultados apresentados nesse trabalho.

REFERÊNCIAS

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.

BOFF, L. **Terra e Humanidade**: uma comunidade de destino. 2010. Disponível em: <<http://www.leonardoboff.com/site/lboff.htm>>. Acesso em: 05 jul. 2014.

CLEGG, S. R.; KORNBERGER, M.; PITSIS, T. **Managing and organizations: an introduction to theory and practice**. Sage, 2011.

DELLAGNELO, E. L.; MACHADO-DA-SILVA, C. L. Novas formas organizacionais: onde se encontram as evidências empíricas de ruptura com o modelo burocrático de organizações? **Organizações & Sociedade**, v. 7, n. 19, p. 19-33, 2000.

DOW, K. Exploring differences in our common future(s): the meaning of vulnerability to global environmental change. **Geoforum**, 23(3), p. 417-436, 1992.

GRZYBOWSKI, C. **Bens comuns e bem viver**. Revista Passerelle n.6, junho 2012. Disponível em: < <http://www.coredem.info/rubrique28.html>>. Acesso em: 14 jul. 2014.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. **Science**, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, 1968.

LUTZENBERGER, J. A. **Reverência pela Vida**. 1996. Disponível em: <<http://www.fgaia.org.br/texts/t-klabin2.html>>. Acesso em: 16 jul. 2014.

MAPA. **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos/o-que-e-agricultura-organica>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

MDA. **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/Condi%C3%A7%C3%B5es%20do%20Cr%C3%A9dito%202014-2015.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2014.

MILORI, D. M. B. P.; NETO, L. M. **Efeito Estufa versus Agricultura**. 2004. Disponível em: < <http://www.agronline.com.br/artigos/artigo.php?id=155&pg=1&n=4>>. Acesso em: 07 jul. 2014.

MMA. **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/component/k2/item/10207-o-peaaf-no-plano-nacional-de->

agroecologia-e-produ%C3%A7%C3%A3o-org%C3%A2nica-planapo>. Acesso em: 10 jul. 2014.

MORGAN, K.; MURDOCH, J. Organic vs. conventional agriculture: knowledge, power and innovation in the food chain. **Geoforum**, v. 31, n. 2, p.159–173, 2000.

NANTES, J. F. D.; SCARPELLI, M. Gestão da Produção Rural no Agronegócio. In: BATALHA, Mário Otávio. **Gestão Agroindustrial**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

OCB. **ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS**. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/institucional.asp>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

ORGANICS BRASIL. **ORGANICS BRASIL – BRAZILIAN ORGANIC AND SUSTAINABLE PRODUCERS**. Disponível em: http://www.organicsbrasil.org/pt/imprensa_detalhe/201/mercado-de-organicos-cresce-e-ha-muitas-oportunidades-de-negocios>. Acesso em: 10 jul. 2014.

OSTROM, E.; BURGER, J.; FIELD, C. B.; NORGAARD, R. B.; POLICANSKY, D. Revisiting the commons: local lessons, global challenges. **Science**, v. 284, n. 5412, p. 278-282, 1999.

OSTROM, E. **El gobierno de los bienes comunes desde el punto de vista de la ciudadanía**. 2008. Disponível em: <http://www.boelllatinoamerica.org/downloads/Bienes_Comunes_total_EdiBoell.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2014.

PEREIRA, A. C.; SILVA, G. Z.; CARBONARI, M. E. E. **Sustentabilidade, responsabilidade social e meio ambiente**. São Paulo: Saraiva, 2011.

PORTER, M. E. **Competição: estratégias competitivas essenciais**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

SOUZA FILHO, Hildo Meirelles. Desenvolvimento Agrícola Sustentável. In: BATALHA, Mário Otávio (Coord.). **Gestão Agroindustrial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, p. 585-627, 2001.

WIRÉN-LEHR, S. von. Sustainability in agriculture - an evaluation of principal goal oriented concepts to close the gap between theory and practice. **Agriculture, Ecosystems and Environment**, v. 84, p. 115–129, 2001.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.